

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 19/2023, em que é recorrente **Amadeu Fortes Oliveira** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 157/2023

(Autos de Amparo 19/2023, Amadeu Fortes Oliveira, Inadmissão por Ausência de Pedido de Reparação e por Manifesta Inexistência de Violação de Direito, Liberdade e Garantia)

I. Relatório

1. O Senhor Amadeu Fortes Oliveira interpôs recurso de amparo constitucional aparentemente contra o *Acórdão STJ 31/2023, de 2 de março*, e contra despacho anterior datado de 10 de fevereiro, da lavra da JCR, que terão procedido ao reexame dos pressupostos da prisão preventiva, pois os mesmos padeceriam de “várias nulidades/inconstitucionalidades”. Fê-lo, através de uma longa peça, de leitura muito difícil, e que se tenta, no limite, resumir da seguinte forma:

1.1. Inicia com um introito em que:

1.1.1. Explicita o amparo que pretende obter e

1.1.2. Requer a adoção de medidas provisórias, nomeadamente porque diz estar em prisão preventiva há mais de vinte meses e por poderem ser decretadas outras medidas de coação, que identifica;

1.1.3. Explicita um conjunto de direitos fundamentais que considera terem sido violados; as entidades supostamente prejudicadas com o provimento do recurso de amparo e peças processuais em que terá invocado tais violações.

1.2. Segue por um segmento de introdução e de contextualização, no qual:

1.2.1. Desenvolve um relato fático do processo referente à sua condenação pelo TRB;

1.2.2. Apresenta um enquadramento e o que designa de nulidades, as quais remetem à composição do STJ e pedidos que fez para reparar o que considera serem violações do direito de defesa;

1.2.3. Recupera os fundamentos apresentados pelo TRB e pelo STJ para decretar/manter a medida de coação de prisão preventiva e discute-os em seguida, esmiuçando questões como a livre apreciação da prova pelo Tribunal, o que entende remeter à inexistência de nexo de causalidade; à alteração de provas na condenação; a dito falacioso impedimento de o STJ funcionar regularmente; a factos que deviam ter sido dados por provados em relação ao seu processo; argumentos sobre cláusulas de exclusão da ilicitude e da culpa; e a nulidade do acórdão condenatório do TRB por alegada violação de incompetência territorial;

1.2.4. Traz à baila argumento de violação da excepcionalidade e subsidiariedade da prisão preventiva, reitera a necessidade de se adotar medidas provisórias urgentes, juntando argumentos relacionados aos efeitos que a manutenção da privação da sua liberdade tem gerado, da difícil reparação desses prejuízos, do risco de inutilidade superveniente do amparo;

1.3. Por fim, apresenta segmento conclusivo em que:

1.3.1. Reitera o que designa de “grosseiras nulidades e invalidades”;

1.3.2. Destaca questões prévias referentes a violações “do juiz natural”;

1.3.3. Alega ter havido omissão de pronúncia;

1.3.4. Destaca trechos sobre “o risco de recidiva em relação ao crime de ofensa à pessoa coletiva” e o “perigo de fuga à condenação no crime de atentado contra o Estado”;

1.3.5. Roga ao Tribunal Constitucional que aprecie um conjunto de questões, alega ter havido contradição insanável da fundamentação e retoma a sua argumentação sobre as causas de exclusão da ilicitude.

1.4. Dirige um conjunto de pedidos ao Tribunal Constitucional, nomeadamente de:

1.4.1. Revogação do *Acórdão STJ 31/2023*;

1.4.2. Decretação da sua soltura imediata;

1.4.3. Revogação da medida de coação de prisão preventiva, por, a) alegadamente não haver provas ou indício no sentido de demonstrar que: o “[a]rguido agiu como Deputado Nacional, nessa qualidade e por causa das funções do Deputado; o arguido violou os seus Deveres de titular de Cargo Político; as supostas violações dos seus Deveres de Deputado foram violações graves; o Arguido desviou das funções de Deputado; o Arguido tenciona ou existe o risco d[e o] Arguido voltar a cometer os mesmos factos supostamente criminosos; não houve coação ou impedimento contra o STJ. Ou [seria sobre o?] o Tribunal Constitucional [. Tribunais que?] que continuam livre[s] para voltar a julgar os processos do Sr. Arlindo Teixeira, quanto mais não seja por aplicação das regras da CONTUMÁCIA; não existe indício ou prova de que a intenção do recorrente fosse ‘o firme propósito de destruir o poder judicial o poder judicial e destruir também o Estado de Direito Democrático’ sendo esta afirmação ou presunção, um absurdo total”; b) por ter sido supostamente decretada em violação do N° 3 do artigo 261 do CPP que proíbe a sujeição do arguido a qualquer medida de coação “quando houver fortes razões para se querer que o arguido Amadeu Oliveira agiu ao abrigo de causas de exclusão (...)” que enumera; c) por ser “grosseiramente inadequada, desproporcional e desnecessária”, daí podendo ele, no seu entender, ficar sujeito a outras medidas de coação que identifica;

1.4.4. Reitera o pedido de decretação de medidas provisórias.

1.5. Apresenta provas; alega haver documentos constitucionais de conhecimento oficioso do Tribunal Constitucional e requer que, ao abrigo “do disposto no nº 1 do artigo

486, em conjugação com o artigo 488, ambos do CPP, e o número 8 do artigo 211 da CRCV”, se peça ao STJ cópia integral dos *Autos de Processo de Reclamação Crime N. 04/STJ/2016*, e um conjunto de áudios referentes aos depoimentos de testemunhas que indica, no âmbito dos Autos de Recurso Crime *N. 04/STJ/2023*.

1.6. Anexa: procuração forense; peça intitulada Reexame dos Pressupostos de Prisão Preventiva; um despacho da lavra da JCR; uma reclamação/suprimento de nulidades e omissões, e o *Acórdão 31/2023*.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Digníssimo Sr. Procurador-Geral Adjunto, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. O recorrente, como tem sido hábito, aproveita para trazer à colação questões outras que nada têm a ver com o acórdão recorrido e que já tinha sido objeto de pronunciamento “por parte dest[e] egrégio Tribunal em outros arestos”, mas que, em síntese, o recorrente advoga que terão sido violados vários dos seus direitos constitucionais, requerendo nas conclusões a revogação da medida de prisão preventiva por haver fortes razões para crer que o arguido terá agido ao abrigo de causa de exclusão da ilicitude e por ser grosseiramente inadequada, desproporcional e desnecessária;

2.2. No seu entendimento, os direitos invocados seriam amparáveis, o recorrente estaria provido de legitimidade, o mesmo terá esgotado os meios ordinários de defesa dos seus direitos fundamentais, e o recurso mostrar-se-ia tempestivo;

2.3. Sendo assim, promove no sentido de o recurso “ser admitido por estar provido de todos os pressupostos de admissibilidade”.

3. No dia 23 de junho foi marcada sessão de julgamento para o dia 30 de junho,

3.1. Um dia anterior à realização da mesma deu entrada peça intitulada “Informação sobre factos jurídicos supervenientes”, através da qual o recorrente reiterou interesse processual na continuidade da instância;

3.2. Marcada sessão de julgamento para os dias 30 de junho, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão, nos termos da qual se determinou que o recorrente fosse notificado para identificar com a máxima precisão possível qual é (são) a(s) conduta(s), facto(s) ou omissão(ões) que estava a imputar ao ato judicial recorrido e que pretende que o Tribunal escrutine.

3.2.1. Lavrada no *Acórdão 114/2023, de 3 de julho, Amadeu Oliveira v. STJ, Aperfeiçoamento por obscuridade na indicação da conduta impugnada*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 75, 13 de julho de 2023, pp. 1498-1502, este foi notificado ao recorrente, através de mandatário, no dia 4 de julho de 2023, às 16:34.

3.2.2. No dia 6 de julho de 2023, às 23:15, o recorrente protocolou, por via eletrónica, uma peça de aperfeiçoamento, não assinada, através da qual segmenta por número as condutas que imputa ao tribunal recorrido, além de indicar também os direitos violados e os amparos concretos que almeja obter da Corte Constitucional, tendentes a ultrapassar as deficiências identificadas na petição inicial.

3.2.3. No dia seguinte, às 13:10, viria a ratificar a peça não assinada, enviando, mais uma vez por via eletrónica, a peça devidamente assinada.

4. A sessão marcada para apreciar o aperfeiçoamento e a admissibilidade foi marcada para o dia 11 de agosto, tendo o julgamento *in camera* ocorrido nessa data e continuado no dia 31 do mesmo mês, dele decorrendo a decisão exposta e fundamentada a seguir.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de

proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional*

efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caraterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais caraterísticas impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as caraterísticas essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de

vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão;

2.3.5. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, o recorrente, além de ter apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, incluiu uma exposição das razões de facto que a fundamentam e integrou um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos;

2.3.6. Agora, com a exceção desses aspetos, o recurso estava muito longe de preencher as exigências do artigo 8º da Lei do Amparo do *Habeas Data*, por causa da sua grande extensão, o que impossibilitou a identificação clara e inequívoca da(s) conduta(s) que o recorrente pretendia impugnar e o órgão ao qual as atribuía. Pelo que a Corte Constitucional considerou, através do *Acórdão 114/2023, de 3 de julho, Amadeu Oliveira v. STJ, Aperfeiçoamento por obscuridade na indicação da conduta impugnada*, Rel: JCP Pina Delgado, ser decisivo que, sem a necessidade de recuperar toda a argumentação já

expendida, o recorrente clarificasse as condutas constantes da sua peça que submetia a escrutínio desta Corte Constitucional;

2.3.7. Apresentada a peça de aperfeiçoamento de recurso a 6 de julho de 2023, não assinada, e a 7 de julho assinada, urge determinar se, por um lado, a apresentou tempestivamente e se, do outro, corrigiu a sua petição inicial, nos termos determinados pelo acórdão de aperfeiçoamento;

2.3.8. O prazo de aperfeiçoamento de dois dias – considerando que o recorrente foi notificado do acórdão de aperfeiçoamento no dia 4 de julho e que deu entrada a uma peça não-assinada no dia 6 de julho e uma da qual consta assinatura do mandatário no dia seguinte – pode ser tido por cumprido. Com o feriado do dia 5 de julho, o recorrente teria até ao fim do dia 7 de julho para submeter a sua peça, sob pena de indeferimento liminar;

2.3.9. A submissão da peça assinada deve ser considerada válida, porque feita ainda dentro do prazo;

2.3.10. O que legitima a avaliação da própria peça no sentido de se determinar se o recorrente corrigiu a sua petição inicial e discriminou com precisão a(s) conduta(s) que pretendia impugnar.

A – No que diz respeito a esse quesito ele apresentou na sua peça de aperfeiçoamento cinco pontos que diz serem as condutas que ele imputa ao órgão recorrido;

B – Ainda que não se tenha ficado somente pela indicação de condutas, especificando também os direitos violados e os pedidos concretos de amparo que almeja obter, tendo em conta cada conduta impugnada, parece ser possível a determinação das condutas que ele imputa ao tribunal recorrido, legitimando por esta via a análise das condições de admissibilidade do presente recurso de amparo constitucional.

2.4. Sendo assim, com o aperfeiçoamento, todos os requisitos da peça estão presentes, considerando o Tribunal ter todos os elementos necessários a verificar se o recurso é admissível.

3. No essencial, consegue-se depreender de forma clara as condutas que pretende impugnar e a entidade que as terá empreendido, os direitos que entende terem sido violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almeja obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário. Isso porque destaca que:

3.1. As condutas consubstanciadas:

3.1.1. No facto de a Veneranda JCR ter, por despacho monocrático, avaliado as condições de reexame da prisão preventiva, mantendo o recorrente em prisão preventiva, quando tal análise caberia à Secção Criminal do STJ;

3.1.2. No facto de a Secção Criminal do STJ manter o despacho individual de reexame dos pressupostos da prisão preventiva, proferido monocraticamente pela JCR;

3.1.3. No facto de a JCR ter alegadamente recusado apreciar e decidir os argumentos de facto e de direito apresentados pelo recorrente no seu requerimento de reexame dos pressupostos da prisão preventiva, com o argumento de que o conhecimento de tais questões implicaria no conhecimento do mérito da questão;

3.1.4. No facto de a Secção Criminal do STJ ter alegadamente recusado apreciar e decidir os argumentos de facto e de direito apresentados pelo recorrente no seu requerimento de reexame dos pressupostos da prisão preventiva, com o argumento de que o conhecimento de tais questões implicaria no conhecimento do mérito da questão;

3.1.5. No facto de a JCR, no seu despacho individual, considerar provado ou suficientemente indiciado que o recorrente i) agiu na qualidade de deputado e não de defensor officioso do Sr. Arlindo Teixeira, ii) desviou-se das suas funções de deputado, iii) violou flagrantemente os seus deveres de deputado, iv) impediu o STJ de funcionar e de condenar o Sr. Arlindo Teixeira e que v) a sua intenção em auxiliar o Sr. Arlindo Teixeira a viajar para França era de destruir o poder judicial e o próprio Estado de Direito Democrático, mesmo havendo outros documentos e outros elementos probatórios que provariam o contrário;

3.1.6. No facto de a Secção Criminal do STJ ter alegadamente considerado provado ou suficientemente indiciado que o recorrente i) agiu na qualidade de deputado e não de

defensor oficioso do Sr. Arlindo Teixeira, ii) desviou-se das suas funções de deputado, iii) violou flagrantemente os seus deveres de deputado, iv) impediu o STJ de funcionar e de condenar o Sr. Arlindo Teixeira e que v) a sua intenção em auxiliar o Sr. Arlindo Teixeira a viajar para França era de destruir o poder judicial e o próprio Estado de Direito Democrático, mesmo havendo outros documentos e outros elementos probatórios que provariam o contrário;

3.1.7. No facto de a JCR ter mantido o recorrente em prisão preventiva, sem que as outras medidas de coação não privativas da liberdade se mostrassem insuficientes ou inadequadas;

3.1.8. No facto de a Secção Criminal do STJ ter supostamente mantido o recorrente em prisão preventiva, sem que as outras medidas de coação não privativas da liberdade se mostrassem insuficientes ou inadequadas;

3.1.9. No facto de a JCR ter mantido o recorrente em prisão preventiva, mesmo havendo prova bastante de que teria agido para defender o direito fundamental à movimentação e à emigração do Sr. Arlindo Teixeira, tendo assim atuado ao abrigo de causas de exclusão da ilicitude e de desculpa, pelo que estando extinta a medida de coação de interdição de saída do país, já não era nem legal, nem constitucional, nem legítimo continuar a forçar o Sr. Arlindo Teixeira a ficar retido em Cabo Verde;

3.1.10. No facto de a Secção Criminal do STJ ter mantido o recorrente em prisão preventiva, mesmo havendo prova bastante de que agiu para defender o direito fundamental à movimentação e à emigração do Sr. Arlindo Teixeira, tendo assim atuado ao abrigo de causas de exclusão da ilicitude e de desculpa, pelo que estando extinta a medida de coação de interdição de saída do país, já não era nem legal, nem constitucional, nem legítimo continuar a forçar o Sr. Arlindo Teixeira a ficar retido em Cabo Verde; as quais teriam,

3.2. Violado a sua garantia fundamental ao juiz natural, os seus direitos à ampla defesa, ao contraditório, à audiência, à presunção da inocência e à liberdade sobre o corpo;

3.3. E justificariam a concessão de amparo constitucional de revogação dos atos decisórios do STJ, a determinação da soltura imediata do recorrente, declarando as putativas violações e amparando os seus direitos fundamentais violados elencados, revogando a medida de coação de prisão preventiva imposta por ter sido alegadamente decretada e mantida com base na errada valoração de prova e indícios constantes dos autos – em franca violação do disposto no número 3 do artigo 261 do CPP – e por ser grosseiramente inadequada, desproporcional e desnecessária, pedindo ainda que, em alternativa, se lhe aplique qualquer outra medida de coação não privativa da liberdade. Pede, por fim, a adoção urgente de medida provisória de libertação imediata.

4. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a), da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

4.2. O recorrente, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arroga ser titular de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, ser pessoa direta, atual e efetivamente passível de ser afetada pela conduta impugnada, já que mantido em prisão preventiva por acórdão da entidade recorrida que considerou improcedente a reclamação contra o despacho de reexame dos pressupostos da prisão preventiva decretada, possui legitimidade processual ativa, o mesmo ocorrendo, no polo passivo, com a entidade recorrida que praticou o ato ao qual se imputa a lesão dos direitos nos termos da orientação geral (v. *Acórdão 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a

reparar a violação praticada, e, por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. No caso em análise, o recorrente impugna, por último, o *Acórdão STJ 31/2023*, datado de 28 de fevereiro;

4.3.2. O recorrente deu entrada ao seu recurso de amparo no dia 16 de março de 2023, pelo que, independentemente da data da sua notificação, o mesmo foi interposto dentro do prazo legal de vinte dias.

5. A construção adequada da peça ou o seu aperfeiçoamento permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevrálgico do escrutínio de amparo – a conduta impugnada – que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quando remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnem normas (*Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2., *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 2.3.4., *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco*

dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1, *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6., *Acórdão 29/2019, de 30 de julho, Arlindo Teixeira vs. STJ, referente à norma prevista pelo número 1 do artigo 2 da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como as garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2023, pp. 1618-1653, 3.2, e *Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade.

5.1. No caso concreto, o recorrente impugna as seguintes condutas:

5.1.1. O facto de a Veneranda JCR ter, por despacho monocrático, avaliado as condições de reexame da prisão preventiva, mantendo o recorrente em prisão preventiva, quando tal análise caberia supostamente à Secção Criminal do STJ;

5.1.2. O facto de a Secção Criminal do STJ manter o despacho individual de reexame dos pressupostos da prisão preventiva proferida pela JCR, proferido monocraticamente;

5.1.3. O facto de a JCR ter alegadamente recusado apreciar e decidir os argumentos de facto e de direito apresentados pelo recorrente no seu requerimento de reexame dos

pressupostos da prisão preventiva, com o argumento de que o conhecimento de tais questões implicaria no conhecimento do mérito da questão;

5.1.4. O facto de a Secção Criminal do STJ ter recusado apreciar e decidir os argumentos de facto e de direito apresentados pelo recorrente no seu requerimento de reexame dos pressupostos da prisão preventiva, com o argumento de que o conhecimento de tais questões implicaria no conhecimento do mérito da questão;

5.1.5. O facto de a JCR, no seu despacho individual, considerar provado ou suficientemente indiciado que o recorrente i) agiu na qualidade de deputado e não de defensor officioso do Sr. Arlindo Teixeira, ii) desviou-se das suas funções de deputado, iii) violou flagrantemente os seus deveres de deputado, iv) impediu o STJ de funcionar e de condenar o Sr. Arlindo Teixeira e que v) a sua intenção em auxiliar o Sr. Arlindo Teixeira a viajar para França era de destruir o poder judicial e o próprio Estado de Direito Democrático, mesmo havendo outros documentos e outros elementos probatórios que provariam o contrário;

5.1.6. O facto de a Secção Criminal do STJ considerar provado ou suficientemente indiciado que o recorrente i) agiu na qualidade de deputado e não de defensor officioso do Sr. Arlindo Teixeira, ii) desviou-se das suas funções de deputado, iii) violou flagrantemente os seus deveres de deputado, iv) impediu o STJ de funcionar e de condenar o Sr. Arlindo Teixeira e que v) a sua intenção em auxiliar o Sr. Arlindo Teixeira a viajar para França era de destruir o poder judicial e o próprio Estado de Direito Democrático, mesmo havendo outros documentos e outros elementos probatórios que provariam o contrário;

5.1.7. O facto de a JCR ter mantido o recorrente em prisão preventiva, sem que as outras medidas de coação não privativas da liberdade se mostrassem insuficientes ou inadequadas;

5.1.8. O facto de a Secção Criminal do STJ ter mantido o recorrente em prisão preventiva, sem que as outras medidas de coação não privativas da liberdade se mostrassem insuficientes ou inadequadas;

5.1.9. O facto de a JCR ter mantido o recorrente em prisão preventiva, mesmo havendo prova bastante de que agiu para defender o direito fundamental à movimentação e à emigração do Sr. Arlindo Teixeira, tendo assim atuado ao abrigo de causas de exclusão da ilicitude e de desculpa, pelo que estando extinta a medida de coação interdição de saída do país, já não era nem legal, nem constitucional, nem legítimo continuar a forçar o Sr. Arlindo Teixeira a ficar retido em Cabo Verde;

5.1.10. O facto de a Secção Criminal do STJ ter mantido o recorrente em prisão preventiva, mesmo havendo prova bastante de que agiu para defender o direito fundamental à movimentação e à emigração do Sr. Arlindo Teixeira, tendo assim atuado ao abrigo de causas de exclusão da ilicitude e de desculpa, pelo que estando extinta a medida de coação interdição de saída do país, já não era nem legal, nem constitucional, nem legítimo continuar a forçar o Sr. Arlindo Teixeira a ficar retido em Cabo Verde.

5.2. Ao analisar-se o presente recurso verifica-se que o seu objeto seriam decisões tiradas em sede de reexame dos pressupostos da prisão preventiva previsto pelo artigo 294, parágrafo primeiro, do Código de Processo Penal, que depende de uma análise periódica, oficiosa e, logo, necessariamente perfunctória, por magistrado/magistrados sobre a subsistência das razões que a justificaram, em que, em concreto, resultado da tese que o recorrente promoveu em relação à competência decisória primária neste caso, pediu que o órgão superior, o qual necessariamente teria de ser acionado para efeitos de esgotamento das vias legais, reapreciasse o despacho, mas circunscreveu o seu âmbito a certos pedidos concretos que lhe dirigiu. Limitando, deste modo, o âmbito potencial do próprio recurso de amparo, o qual, neste tipo de situação, por razões exploradas em vários arestos, só poderá verificar se uma avaliação, por si só perfunctória, incorre em vício de arbitrariedade por ser contraditória, ilógica ou objetivamente insustentável, o que sempre seria de difícil materialização e viabilidade. Com esta observação geral em mente, avalia-se se as diversas condutas impugnadas são cognoscíveis e se o recurso pode ser, integral ou parcialmente, admitido.

5.2.1. Considerando o precedente, todas as condutas imputadas à Veneranda JCR, descritas nos pontos 5.1.1, 5.1.3, 5.1.5, 5.1.7 e 5.1.9, devem ser rejeitadas e não podem ser escrutinadas por si só, pois, por razões que se mostram evidentes, a impugnação de condutas praticadas por meio do despacho de reexame dos pressupostos da prisão

preventiva depende de esgotamento prévio das vias legais de tutela dos direitos, liberdades e garantias. Podendo esse despacho ser objeto de reclamação dirigida à Conferência como prevê a lei, o recorrente tinha que impugnar eventuais condutas violadoras de direitos de sua titularidade perante este órgão, como efetivamente fez. Neste sentido, as eventuais condutas que tenham sido praticadas através do despacho monocrático não podem ser diretamente impugnadas, quando existe decisão da Conferência que incidiu sobre o mesmo, nos termos do pedido que lhe foi dirigido. Portanto, subsistem para efeitos de escrutínio apenas as restantes condutas diretamente imputadas ao *Acórdão STJ 31/2023*.

5.2.2. A conduta descrita no ponto 5.1.2, consubstanciada no facto de a Secção Criminal do STJ manter o despacho individual de reexame dos pressupostos da prisão preventiva proferida pela JCR é muito vasta e vaga se for analisada autonomamente e não resultaria aperfeiçoada em relação ao que fora construído na petição inicial, na medida em que continua imprecisa;

5.2.3. É somente pela sua relação com a garantia ao juiz natural que se chega, com muito esforço, ao entendimento que consistiria no facto de a Secção Criminal do STJ manter o despacho individual de reexame dos pressupostos da prisão preventiva proferida pela JCR, mesmo considerando que a competência para este reexame seria da Secção Criminal do STJ e não da JCR. Pelo que fica assim remodelada;

5.3. Considerando que as cinco condutas atribuídas pelo recorrente ao *Acórdão STJ 31/2023* não portam natureza normativa, como tal vedada pela lei, dá-se por preenchida essa imposição legal que fixa o próprio objeto do recurso, caso ele seja admitido.

6. E, além disso, é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, do que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de, em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

6.1. No caso concreto, o recorrente invoca vários direitos que, por serem garantias fundamentais, associadas à liberdade sobre o corpo, ou direitos de proteção judiciária, são passíveis de serem amparados.

6.1.1. Daí, dar-se por preenchida essa exigência formal incontornável. Seja pela sua localização sistemática, seja pela sua natureza intrínseca de garantias associadas ao direito à liberdade sobre o corpo, ou de direitos análogos de proteção judiciária.

6.1.2. Assim, dúvidas não persistirão de que são, respetivamente, direitos análogos e verdadeiras garantias fundamentais amparáveis.

6.2. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida.

6.2.1. Aqui, excluindo as condutas cujo escrutínio já havia sido afastado, já que atribuídas a decisão passível de reclamação e pedido de decisão pela conferência, resulta que nem todas as restantes condutas parecem ter sido praticadas pelo Egrégio STJ, através do seu *Acórdão 31/2023*. Desde logo a conduta consubstanciada no facto de a Secção Criminal do STJ considerar especificamente provado ou suficientemente indiciado que o recorrente i) agiu na qualidade de deputado e não de defensor officioso do Sr. Arlindo Teixeira, ii) desviou-se das suas funções de deputado, iii) violou flagrantemente os seus deveres de deputado, iv) impediu o STJ de funciona e de condenar o Sr. Arlindo Teixeira e que v) a sua intenção em auxiliar o Sr. Arlindo Teixeira a viajar para França era de destruir o poder judicial e o próprio Estado de Direito Democrático, mesmo havendo outros documentos e outros elementos probatórios que provariam o contrário, porque, na verdade esse órgão não fez nenhum pronunciamento sobre essa questão, apenas se referindo a questões gerais de que não foram violados a presunção da inocência do recorrente, nem a sua liberdade sobre o corpo, pelo despacho reclamado, quando, na análise que fez, concluiu que, grosso modo, as circunstâncias que conduziram à decretação da medida de coação de prisão preventiva se mantinham.

6.2.2. Por último, a questão relacionada ao número 3 do artigo 261 do CPP que consistiria na conduta da Secção Criminal do STJ ter mantido o recorrente em prisão preventiva, mesmo havendo prova bastante de que ele teria agido para defender o direito fundamental à movimentação e à emigração do Sr. Arlindo Teixeira, e de que teria atuado ao abrigo de causas de exclusão da ilicitude e de desculpa, pelo que estando extinta a medida de coação interdição de saída do país, já não era nem legal, nem constitucional, nem legítimo continuar a forçar o Sr. Arlindo Teixeira a ficar retido em Cabo Verde, não foi conhecida pelo *Acórdão STJ 31/2023*, pelo que também não lhe pode ser imputada.

6.2.3. Pelo que subsistem apenas as condutas de a Secção Criminal do STJ ter mantido o despacho individual de reexame dos pressupostos da prisão preventiva proferida pela JCR, proferido monocraticamente, nos limites que forem discutidos adiante; a conduta de alegadamente se ter recusado apreciar e decidir os argumentos de facto e de direito apresentados pelo recorrente no seu requerimento de reexame dos pressupostos da prisão preventiva, com o argumento de que o conhecimento de tais questões implicaria no conhecimento do mérito da questão; e a de alegadamente ter mantido o recorrente em prisão preventiva, sem que as outras medidas de coação não privativas da liberdade se mostrassem insuficientes ou inadequadas.

7. Um pedido de amparo constitucional de revogação do *Acórdão STJ 31/2023*, determinando a soltura imediata do recorrente, amparando os seus direitos fundamentais violados elencados, revogando a medida de coação preventiva imposta por ter sido decretada e mantida com base na errada valoração de prova e indícios constantes dos autos, em franca violação do disposto no número 3 do artigo 261 do CPP e por ser grosseiramente inadequada, desproporcional e desnecessária, pedindo ainda que, em alternativa, se lhe aplique qualquer outra medida de coação não privativa da liberdade, parece ser, pelo menos em parte, congruente com artigo 25 da Lei do Amparo. Mas já não o seria quando pede revogação da medida de coação aplicada e aplicação de outra medida não privativa da liberdade. Pelo que tem de ser esta Corte a, mais uma vez, adequar o pedido de amparo requerido.

8. Ademais, consideram-se pressupostos especiais aplicáveis às situações em que o recurso de amparo é colocado contra conduta do poder judicial que ela seja expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido tenha dela recebido comunicação, que se tenham esgotado as vias legais de recurso e que tenha sido requerida reparação.

8.1. A lei coloca, deste modo, um ónus sobre o titular do direito de suscitar a questão no processo logo que o ofendido tenha tido informação sobre o ocorrido, uma exigência que depende de o recorrente ter tomado conhecimento da violação, nomeadamente através de comunicações judiciais ou de consultas aos autos, e de haver mecanismos processuais previstos para alegar o que entender em sua defesa.

8.1.1. Neste caso concreto, das três condutas ainda em apreciação, pode-se dizer que, em relação à primeira, a de a Secção Criminal do STJ ter mantido o despacho individual de reexame dos pressupostos da prisão preventiva proferida monocraticamente pela JCR, quando esta competência originária seria do próprio Coletivo, a questão foi suscitada devidamente pelo recorrente, nomeadamente através da alínea A) do parágrafo 141 da sua peça de reclamação;

8.1.2. Quanto à segunda – a de alegadamente se ter mantido o recorrente em prisão preventiva, sem que as outras medidas de coação não privativas da liberdade se mostrassem insuficientes ou inadequadas, praticadas originariamente pela Juíza-Conselheira Relatora – já não é muito líquido que também assim procedeu, considerando que não se encontra no segmento próprio – o das conclusões, que delimita o objeto da reclamação – qualquer referência expressa à impugnação dessa conduta, salvando-se somente a mesma pelo facto de nos pedidos o recorrente ter-se referido à revogação da medida de prisão preventiva decretada por ser “grosseiramente inadequada, desproporcional e desnecessária”, havendo supostamente alternativas à mesma, pois colocou-a à Conferência assim que dela tomou conhecimento;

8.1.3. A remanescente, de se ter recusado a apreciar e decidir os argumentos de facto e de direito apresentados pelo recorrente no seu requerimento de reexame dos pressupostos da prisão preventiva, com o argumento de que o conhecimento de tais questões implicaria no conhecimento do mérito da questão – nestes termos só passível de ter sido praticada pela Secção Criminal do STJ, através do acórdão impugnado que tirou, por alegadamente se ter recusado apreciar e decidir sobre os argumentos de facto e de direito apresentados pelo recorrente no seu requerimento de reexame dos pressupostos da prisão preventiva – ela foi pela primeira vez impugnada por via do recurso de amparo metido tempestivamente no Tribunal Constitucional. Por essa razão, ainda que seja de se discutir se diligência complementar não fosse necessária, questão que se avaliará adiante, o facto é que a violação foi invocada assim que o recorrente dela teve conhecimento.

8.2. De outra parte, dispõe o artigo 6º que “o recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei de processo”.

8.2.1. A fórmula utilizada vai num sentido extremamente amplo porque referindo-se a meios legais abarca mecanismo que seja idóneo assegurar a defesa de direitos e interesses legítimos seja ela pré-decisório, decisório ou pós-decisório; ordinário, extraordinário ou especial. Do que decorre o efeito evidente de que, neste caso por motivos evidentes, enquanto os mecanismos pré-decisórios de tutela através da submissão de requerimentos vários podem ser absorvidos pela necessidade de recurso ordinário decorrente do segundo segmento da disposição, o facto de inexistirem recursos ordinários disponíveis não isenta os titulares do direito de terem de utilizar qualquer via legal decisória prevista na respetiva lei de processo, desde que ela seja hábil a produzir o efeito de proteção do direito. Isso, na medida em que preservado o poder jurisdicional do tribunal recorrido em relação à questão colocada, por exemplo uma nulidade, este possa revogar a sua própria decisão.

8.2.2. Na situação concreta que temos em mãos, tratando-se de decisão do STJ que rejeitou reclamação contra despacho de reexame dos pressupostos da prisão preventiva, não parece ser evidente que, não obstante ainda ser possível a suscitação de incidentes pós-decisórios ordinários perante o órgão judicial recorrido, seria exigível fazê-lo neste caso porque equivaleria a contestar o mérito da decisão proferida pela Secção Criminal do Egrégio STJ. Portanto, não seria obrigatório que lançasse mão desses meios de reação previstos pela lei ordinária, do que não decorre que, pelo menos em relação às condutas praticadas primariamente pela Secção Criminal do STJ não fosse necessário pedir a reparação, o que se enfrentará no próximo item.

8.2.3. Com efeito, dispõe ainda a lei constitucional aplicável que o pedido de amparo contra condutas do poder judicial depende de ter “sido requerida reparação”, condição essencial para, por um lado, garantir que os tribunais judiciais, que também são órgãos de proteção de direitos, possam reparar eventuais lesões que tenham ocasionado, e, do outro, evitar que o Tribunal Constitucional seja inundado de súplicas de amparo que pudessem ter sido resolvidas e ultrapassadas através da intervenção dos tribunais judiciais e garantir que quando ele intervenha todos os argumentos já tenham sido apresentados e discutidos e a questão já esteja estabilizada e amadurecida. Sendo assim, tendo o *Acórdão*

11/2017, de 22 de junho, *Maria de Lurdes v. STJ*, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto, Rel: JC Pina Delgado, 1.2.2, assentado entendimento de que é mister verificar se uma imputação de vulneração de direito que é submetida foi precedida da colocação da questão ao órgão judicial recorrido em moldes que este a pudesse apreciar e reparar, a partir do *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, esta Corte Constitucional tem sustentado a imprescindibilidade de se confirmar que houve pedido de reparação, passando, já na fase de admissibilidade, a avaliar o cumprimento do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 3 em conjugação com o disposto no artigo 6. Portanto, para haver esgotamento das vias ordinárias de recurso é preciso que se prove ter-se invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que se tenha requerido a sua reparação, que a violação não tenha sido reparada e que, no momento em que se requer o amparo ao Tribunal Constitucional, processos paralelos, passíveis de garantir a tutela do direito, não estejam a tramitar em qualquer outra instância (*Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 2 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, d); *Acórdão 45/2021, de 6 de outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, d)).

Havendo, por motivos evidentes, flexibilidade para se o fazer através de meios ordinários ou extraordinários, é exigência incontornável que se assim se proceda, tanto nos casos em que se lhe atribui uma violação por ação, como uma violação por omissão.

8.3. Nesta situação concreta, o facto de a Secção Criminal do STJ ter recusado apreciar e decidir os argumentos de facto e de direito apresentados pelo recorrente no seu requerimento de reexame dos pressupostos da prisão preventiva, com o argumento de que o conhecimento de tais questões implicaria no conhecimento do mérito da questão, foi praticado originariamente pelo ato judicial recorrido.

8.3.1. Com efeito, foi a Secção Criminal do STJ que construiu o argumento impugnado pelo recorrente no sentido de que grande parte das questões que a defesa pretendia ver apreciadas constituíam exatamente o mérito do recurso do acórdão da Relação de Barlavento;

8.3.2. Esta conduta ativa, não foi praticada pela JCR, a qual pura e simplesmente não se pronunciou ou afastou qualquer argumento nesse sentido feito pelo recorrente, claramente omitindo qualquer referência à questão;

8.3.3. Por conseguinte, se a conduta impugnada é uma recusa expressa de apreciação e decisão – ativa por excelência – com fundamento em precipitação na colocação de questão ainda pendente junto a tribunal inferior, e não um silêncio judicial, que se caracteriza pelo seu carácter omissivo, precedendo a interposição de recurso de amparo o recorrente deveria ter pedido reparação à Secção Criminal do STJ para que este órgão considerasse se este fundamento concreto violava os direitos fundamentais que veio invocar nos presentes autos. Contudo, o que acontece é que, ao invés de fazer isso, ele optou por imediatamente interpor o recurso de amparo contra esse ato, não cumprindo a exigência legal de dirigir pedido de reparação à entidade que o terá praticado.

8.3.4. Por falta de colocação de pedido de reparação esta conduta não pode ser conhecida no mérito.

9. Sendo assim, dão-se por preenchidas todas as condições de admissibilidade em relação a duas, correspondentes às imputações descritas em 5.1.2, conforme o ajuste feito em 5.2.3, e em 5.1.8. De, respetivamente, o STJ ter mantido o despacho individual de reexame dos pressupostos da prisão preventiva proferida pela JCR, mesmo considerando que a competência para este reexame seria da Secção Criminal do STJ e não da JCR, e de esse mesmo órgão o ter mantido em prisão preventiva sem que outras medidas de coação não-privativas se mostrassem insuficientes ou inadequadas, o que não significa que se tenha de admitir o recurso neste particular. Nomeadamente porque pode dar-se o caso de serem aplicáveis as causas especiais de inadmissão previstas pelas alíneas e) e f) artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, nomeadamente as de manifestamente não estar em causa violação de direitos, liberdades e garantias ou de o Tribunal já ter rejeitado, por decisão transitada em julgado, recurso com objeto substancialmente igual.

9.1. De acordo com a primeira disposição, “o recurso não será admitido quando (...) manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias individuais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo”.

9.1.1. A jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria percorreu um longo caminho desde a discussão inicial que se travou no âmbito dos Autos de Amparo Constitucional 1/2016 e que resultou no *Acórdão 5/2016, de 14 de março, Emílio Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 10 de maio de 2016, p. 1211-1221, e), e numa declaração de voto assinada pelo JC Pina Delgado;

9.1.2. A partir deste debate incorporou-se o entendimento de que o recurso a essa causa de inadmissão requereria que se demonstrasse a ausência de fundamentalidade do direito invocado, a ausência de conexão entre parâmetros de escrutínio convocáveis e as condutas impugnadas e a inviabilidade manifesta das pretensões do recorrente, que se manifestaria nas circunstâncias em que todos os juízes estivessem seguros de que a causa estava condenada a fracassar no mérito, não havendo a mínima centelha de poder ser estimado, caso admitido;

9.1.3. Esta posição foi assumida plenamente pelo *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); e seguidamente pelo *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 493-499, e); pelo *Acórdão 23/2019, de 27 de junho, Osmond Nnaemeka Odo v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, p.1232-1236, e); pelo *Acórdão 24/2019, de 4 de julho, Leny Martins e Fernando Varela v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, p. 1580-1585, e), sendo que nestes três últimos casos, apesar da viabilidade extremamente reduzida, optou-se por se admitir o recurso, posto não haver segurança total a respeito da improcedência do pedido. Porém, em relação aos que já foram apreciados, conduzindo a decisão de improcedência no mérito (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de

janeiro de 2023, pp. 36-42; *Acórdão 26/2019, de 9 de agosto, sobre violação do direito à liberdade, da garantia de presunção de inocência e da garantia de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2019, pp. 1590-1595). A estes se junta o mais recente *Acórdão 49/2022, de 12 de dezembro*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 92-96, que foi admitido *in extremis* porque nem todos os juízes ficaram convictos que o pedido era manifestamente inviável, mas pouco tempo depois foi julgado improcedente pelo *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, por confirmação de sentença condenatória a pena de reclusão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido, Ivan Furtado v. TRB*, Rel: JC Pina Delgado, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 680-683;

9.1.4. Já no *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 5 de abril de 2022, p. 909-915, e), considerou-se que manifestamente não era viável violação da garantia de não ser mantido em prisão preventiva sem proferimento de despacho de pronúncia, em situação em que, embora este não tenha sido notificado ao recorrente, foi proferido dentro do prazo legal de oito meses, e no *Acórdão 27/2022, de 24 de junho, Gilson Vieira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 setembro de 2022, p. 1916-1921, e), não se admitiu uma das condutas impugnadas por considerar que era manifestamente inviável que tivesse violado direito, liberdade ou garantia;

9.1.5. De todo esse debate emerge que a causa de admissibilidade da alínea e) do artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* permite que se antecipe a falta de mérito de um pedido de amparo nos casos em que ele não esteja devidamente ancorado numa posição jurídica que remeta a um direito amparável (“fundamentalidade”); em que entre as condutas impugnadas e os parâmetros indicados não exista uma ligação lógica (“conexão”) ou que perfunctoriamente se consiga concluir que, de forma clara, não há qualquer hipótese de o recurso ser procedente no mérito (“viabilidade”), o que pode acontecer quando todos os juízes tiverem acesso aos autos e puderem analisar todos os elementos pertinentes e mostrarem-se confortáveis em antecipar o julgamento de mérito da questão, tornando inócuo qualquer juízo subsequente.

9.2. Neste caso concreto, o que se observa é que as duas impugnações – considerando o seu mérito e o tipo de processo em que foram inseridas – suscitam, à primeira vista, dúvidas sobre a existência de situação de vulneração de direito, liberdade e garantia.

10. Com efeito, é de muito difícil visualização que a conduta de o STJ ter mantido o despacho individual de reexame dos pressupostos da prisão preventiva proferida pela JCR, mesmo considerando que a competência para este reexame seria da Secção Criminal do STJ e não da JCR, conduzir à violação de um direito, que só pode acontecer, em sede de processo de amparo, e como o Tribunal Constitucional tem reiterado sistematicamente (*Acórdão 26/2019, de 9 de agosto, Osmond Nnaemeka Odo v. STJ, sobre violação do direito à liberdade, da garantia da presunção da inocência e da garantia de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1590-1595, 6) se há algum espaço hermenêutico para uma interpretação mais favorável aos direitos, liberdades e garantias.

10.1. Posto que, primeiro, não parece haver qualquer abertura interpretativa que pudesse conduzir a uma interpretação de acordo com a qual a competência decisória em matéria de reexame de medida de coação de prisão preventiva não seria passível de ser assumida pelo Juiz-Conselheiro Relator do processo.

10.1.1. Segundo o que se conseguiu depreender da sua argumentação, o recorrente assenta o seu entendimento no pressuposto de que terá ocorrido uma adulteração da composição do Tribunal, pois o órgão judicial não terá funcionado em conferência, nos termos do artigo 27, parágrafo terceiro, da Lei de Organização, Funcionamento e Competência dos Tribunais Judiciais. Antes, que os poderes do órgão foram assumidos monocraticamente pela juíza-relatora, correspondendo a uma restrição de direitos por via da interpretação;

10.1.2. Já o órgão judicial recorrido para fundamentar a sua decisão havia articulado arrazoado no sentido de que a lei defere uma série de competências ao Relator quando o processo tramita nas instâncias que funcionam em Coletivo. Bastaria interpretar o artigo 294 para se verificar que o legislador, que não desconheceria a existência de tribunais superiores, estipula que esta competência compete ao juiz singularmente e não

ao colegiado. Assim, por outras palavras, não existiria “norma constitucional a obrigar o legislador ordinário a uma atuação diversa”. De resto, do facto de se estipular que um órgão judicial funciona em conferência não significa que todas as decisões tenham de ser tomadas pelo Coletivo, havendo múltiplos exemplos em contrário, nomeadamente na legislação processual penal. Por isso, acolheu entendimento de que “o despacho de reexame trimestral dos pressupostos de prisão preventiva, quando o processo se encontra em fase de recurso, pertence ao Juiz Relator que, por despacho individual, decide, decisão essa da qual poderá caber, em jeito de impugnação, reclamação para a conferência, como sucedeu no caso;

10.1.3. O Tribunal Constitucional, desde que concebida a reclamação mencionada como uma reapreciação da decisão da decisão monocrática com a amplitude em que for impugnada, não teria qualquer dúvida em endossar esse entendimento do Egrégio STJ, pelas seguintes razões:

10.1.4. Com efeito, o artigo nuclear para se definir o regime jurídico aplicável sempre seria o artigo 294, parágrafo primeiro, do CPP, de acordo com o qual “durante a execução da prisão preventiva ou da obrigação de permanência na habitação o juiz procederá oficiosamente, de três em três meses, ao reexame da subsistência dos seus pressupostos, decidindo pela sua manutenção, substituição ou revogação”. Sendo assim, não parece, por si só, impor que o reexame em fase de recurso tenha de ser feito colegialmente, o que é reforçado pela fórmula do número 3 que determina que “para os efeitos do número nº 1, o processo será concluso ao juiz pela secretaria onde se encontrar a correr tramitação (...)”.

10.1.5. Nomeadamente porque, por um lado, ao utilizar a expressão juiz, não se referindo ao “tribunal” e tão-pouco ao não criar um regime especial para o reexame de medidas de coação em tribunais coletivos, não daria margem a interpretação distinta;

10.1.6. Isso considerando que se trata da assunção de um ónus periódico e perfunctório de verificação da manutenção dos pressupostos que determinaram a aplicação da medida de coação de prisão preventiva. De um ponto de vista sistémico, muito dificilmente seria compatível com uma intervenção necessária de um órgão colegial como a Secção Criminal do Supremo Tribunal no qual tramitam inúmeros processos-crime em situação de recurso, além de dezenas de súplicas de *habeas corpus*

de arguidos presos, que a cada três meses tivesse de assumir colegial e primariamente esse múnus, ao invés do Juiz-Relator;

10.1.7. Acresce que a norma organizatória mencionada – o artigo 27 da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais – não parece conduzir ao sentido invocado pelo recorrente, posto que dispõe simplesmente que “[o] Presidente do STJ é nomeado pelo Presidente da República, de entre os juízes que compõem o STJ, mediante proposta destes, para um mandato de cinco anos, renovável uma única vez”. Colocando-se a hipótese natural de o suplicante estar a referir-se ao artigo 29, parágrafo terceiro, desse mesmo diploma epigrafado de “Número de Secções” redigido em termos segundo os quais “Em secção, o STJ funciona com três dos seus juízes, podendo um mesmo juiz fazer parte de mais do que uma secção” também não dá muita margem ao entendimento de que todas as decisões têm de ser tomadas em conferência, vedando-se qualquer decisão monocrática do Juiz-Relator;

10.1.8. De resto, na ausência de uma formulação diversa e do mesmo modo como se invocou – e bem – o artigo 618 do CPC que contém regra permissiva de o interveniente processual que se considerar prejudicado por qualquer despacho do Relator, que não seja de mero expediente, requerer que sobre a matéria recaia um acórdão, não deixaria de ser aplicável, na falta de expressa previsão em contrário, o artigo 613 desse mesmo diploma legal, que atribui competência ao Relator para deferir todos os termos do processo até final.

10.2. Além disso, e por esta razão, a alternativa interpretativa proposta pelo recorrente é, de um ponto de vista da proteção objetiva dos direitos dos arguidos, mais restritiva do que o sentido atribuído ao regime pelo órgão judicial recorrido.

10.2.1. Precisamente porque dela resultaria a supressão de um grau jurisdicional, na medida em que se assentaria simplesmente na assunção de uma competência originária pela conferência, reduzindo qualquer reação processual à colocação de nulidades do acórdão ou do processo ou a pedidos de reparação por vulneração de direitos;

10.2.2. Ao passo que a interpretação impugnada, assentando numa intervenção originária do Juiz-Relator, ainda permitiria que, simplesmente, se pedisse que sobre esse despacho recaísse um acórdão, o que significa que seria possível requerer uma

reapreciação *in totum* do conteúdo da decisão monocrática, ou, como preferiu o recorrente, impugnar o mérito de certas decisões e/ou fundamentações de direito, ficando ainda aberta a possibilidade de suscitação dos incidentes pós-decisórios permitidos por lei;

10.3. Ademais, parece ter sido, pelo menos em parte, esta a via escolhida pelo recorrente, neste particular, quando requereu através do parágrafo 141 da sua peça que a Secção-Crime do STJ revogasse o “referido despacho” e procedesse à “sua substituição por outra decisão tomada por acórdão do Coletivo de Juízes (...)”, na medida em que requereu que sobre o despacho incidisse um acórdão. A única diferença é que este não acolheu as pretensões de revogação formuladas pelo recorrente, optando por indeferir a Reclamação apresentada por falta de fundamento legal.

10.4. Portanto, a impugnação desta conduta carece de viabilidade, sendo ainda duvidoso que, perante o quadro jurídico aplicável, em que da decisão monocrática caberia reclamação para a Conferência, houvesse fundamentalidade da questão por eventual violação à garantia ao juiz natural. A decisão final foi tomada pela conferência, na sequência de reclamação protocolada pelo ora recorrente.

11. No que diz respeito à outra conduta, o que se pode dizer é que um eventual ato de esse mesmo órgão ter mantido o recorrente em prisão preventiva sem que outras medidas de coação não-privativas se mostrassem insuficientes ou inadequadas, não decorre muito claramente do acórdão recorrido. O que se verifica é que perante tese do recorrente de que não se teria demonstrado que outras medidas de coação não seriam suficientes para acautelar um suposto risco de fuga, o órgão recorrido não teceu qualquer consideração específica em relação à questão. O que mais se aproxima disso é uma consideração geral, de acordo com a qual “o respeito pela presunção da inocência do arguido não há-de significar que não se lhes pode aplicar ou manter medida de coação pessoal, nomeadamente a privativa de liberdade, mas que, casuisticamente, há-de decidir-se por aquela que, proporcional à gravidade do crime, se mostre adequada a satisfazer as exigências cautelares, sendo de decretar-se aquela privativa de liberdade, desde que, e tão-somente, quan[d]o as demais não se perfilhem com virtualidades para fazer face à gravidade do crime e obviar os riscos cautelares, o que foi respeitado no caso”.

11.1. Mesmo com essa reserva sobre se realmente se pode atribuir a conduta ao acórdão recorrido, este terá confirmado o entendimento da Juíza-Relatora de acordo com o qual, no quadro do escrutínio que pode promover em sede de reexame de manutenção dos pressupostos da prisão preventiva, não sobreveio qualquer modificação essencial dos pressupostos iniciais que conduziram à decretação da medida, com a exceção do perigo para a investigação processual, que fosse favorável ao arguido. Pelo contrário, justificar-se-ia a sua subsistência e não a aplicação de outra medida, já que, com a decisão condenatória do tribunal de julgamento, terá havido um reforço do juízo de indiciação criminosa, ao que se juntaria os riscos cautelares de recidiva e de fuga.

11.2. Havendo, aqui, uma divergência entre a interpretação do recorrente e a do órgão judicial recorrido, haja em vista que, para o primeiro, dado o caráter excecional subsidiário da prisão preventiva, reconhecida pelo artigo 262 do CPP, esta só pode ser aplicada quando as outras medidas sejam insuficientes. Sendo assim, a manutenção do recorrente em prisão preventiva, do seu ponto de vista, violaria o princípio da proporcionalidade, contrariamente à preocupação que o legislador manifestou em relação ao princípio da presunção da inocência.

11.3. Por motivos que se tem reiterado sistematicamente nestes casos, o Tribunal Constitucional não se substitui aos tribunais judiciais para atuar como se fosse um órgão de recurso ordinário. Destarte, no quadro do controlo lasso de cariz negativo (*Acórdão 6/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ, sobre a violação dos direitos a não se ser discriminado, à liberdade do corpo e à presunção da inocência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 5; *Acórdão 13/2018, de 7 de junho, Manuel Fonseca v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo e da garantia contra a retroatividade da lei penal prejudicial ao arguido*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1277-1285, 4; *Acórdão 20/2018, de 16 de outubro, Uchechukwu Vitus Ezeonwu e Chijioke Duru v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, 25 de outubro de 2018, pp. 1639-1648, 5; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.3; *Acórdão 5/2021, de 25 de janeiro, Évener de Pina v. STJ, sobre violação da garantia à presunção da inocência e da garantia ao contraditório*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 8 de março de 2021, pp. 850-861, 2.1.3; *Acórdão 43/2022, de 4 de outubro, Amadeu Oliveira v. Supremo Tribunal de Justiça, sobre a violação do direito à liberdade sobre o corpo*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, 62-71, 4.3.1, *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, Ivan dos Santos v. TRB, por confirmação de sentença condenatória a pena de reclusão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, 680-683; *Acórdão 81/2023, de 22 de maio, José Eduíno v. STJ*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 66, 15 de junho de 2023, pp. 1376-1384, 13; *Acórdão 105/2023, de 26 de junho, Matthew Balme v. STJ, Admissão a trâmite de conduta de confirmação judicial da extradição do recorrente, malgrado o Estado Requerente não ter alegadamente apresentado garantias suficientes de que teria reconhecido um direito ao recurso ou a um novo julgamento, por eventual violação do direito de recurso e do direito à defesa em processo penal*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 75, 13 de julho de 2023, pp. 1458-1469, 9.1.9) que instituiu para estas situações não decide positivamente como se fosse um órgão dotado de um poder de reapreciação do mérito da decisão judicial recorrida, mas somente nas situações em que a decisão dessas entidades seja arbitrária, no sentido de ser contraditória, ilógica ou impassível de ser sustentada com base nos elementos autuados.

11.4. Ora, neste caso concreto, considerando os pressupostos de aplicação da medida de coação de prisão preventiva, esta depende de, alternativamente, se assegurar o cumprimento de um conjunto de exigências cautelares gerais – dentre as quais estariam a prevenção de repetição de atividade criminosa e o perigo de fuga – e especiais, que foram genericamente arregimentadas para justificar a sua subsistência neste caso concreto.

11.4.1. Especificamente, a decisão prolatada pelo Supremo Tribunal de Justiça, através do *Acórdão 31/2023, de 28 de fevereiro*, só poderia ser censurada por esta Corte se viesse a ser considerada arbitrária, nomeadamente por, independentemente do sentido que seria adotado pelos juízes que integram este Coletivo se fossem membros do Alto

Tribunal recorrido, este Pretório tivesse atuado de forma arbitrária quando interpretou os pressupostos de facto e de direito para suportar a decisão adotada e os fundamentos elencados para a justificar no quadro da análise perfunctória adequada a avaliar-se periodicamente a manutenção dos pressupostos da medida de coação de prisão preventiva;

11.4.2. Sem que o Tribunal Constitucional tenha que se pronunciar sobre o mérito desta conclusão, sempre pode partir da constatação de que o preceito em causa permite a sujeição de uma pessoa a uma medida de coação quando estejam presentes exigências cautelares destinadas a obviar o “perigo de fuga”. Assim sendo, no mínimo, não seria arbitrário que, na análise perfunctória adequada ao reexame, um tribunal judicial considerasse, mantendo-se a situação igual – nomeadamente quanto à disponibilidade de meios e o não-reconhecimento de privilégio constitucional que poderia garantir a sua não-sujeição a julgamento – que, pelo menos, a possibilidade de perigo de fuga do arguido – que, naquele momento, fora condenado pela prática de crime graves a uma pena de sete anos de prisão – seria ainda mais forte. Deste modo, justificado a manutenção da medida, em detrimento da aplicação das alternativas propostas pelo recorrente de imposição de caução, suspensão da advocacia, proibição de dar entrevistas e de fazer análises nos órgãos de comunicação social.

11.5. Por estas razões, não parece que a impugnação de decisão que confirma despacho de reexame da medida de coação de prisão preventiva tenha o mínimo de viabilidade, que justifique que seja analisada mais pormenorizadamente no mérito.

12. Na sua petição de recurso o recorrente requereu ainda que lhe fosse concedida medida provisória de libertação imediata.

12.1. A este respeito, o Tribunal já havia fixado orientação no sentido de que existe uma relação indissociável e instrumental entre o amparo destinado a remediar situações de violação de direitos, liberdades e garantias e as medidas provisórias requeridas no âmbito dos mesmos autos (*Acórdão 08/2019, de 14 de fevereiro, João Batista Delgado v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, p. 509-511, II.).

12.2. A mesma orientação tem sido adotada, sem qualquer desvio, pelos seguintes arestos: *Acórdão 21/2018, de 16 de outubro, Cleidir Semedo v. Diretor da Cadeia Central da Praia e Ministra da Justiça*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, de 25 de outubro de 2018, p. 1648-1655; *Acórdão 04/2019, de 24 de janeiro, Eduina Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 484-490, d); *Acórdão 22/2019, de 27 de junho, Elton Dias v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, p. 1227-1232, d); *Acórdão 40/2019, de 11 de outubro, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 121-131, d); *Acórdão 44/2019, de 20 de dezembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 151-155, d); *Acórdão 26/2020, de 09 de julho, Vanda de Oliveira v. TJCSV*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2152-2157; *Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 27 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, de 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 29/2021, de 03 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2264-2270, d); *Acórdão 34/2021, de 11 de junho de 2021, Anilson Silva v. CSMJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2299-2305, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, III; *Acórdão 41/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2580-2590, III; *Acórdão 45/2021, de 06 de 22 outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, III, *Acórdão 51/2021, de 25 novembro, Pedro Veiga v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 95-99, III, *Acórdão 56/2021, de 06 de dezembro, Ognochukwo Barros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 121-126, III.; *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 30, de 5 de abril de 2022, p. 909-916, III.; *Acórdão 18/2022, de 19 de*

abril, Ivan Jorge Fernandes v. STJ, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, de 1 de julho de 2022, p. 1590-1596, III; e *Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2023, p. 42-49, III.

12.3. Do que decorre que a não-admissão do recurso de amparo, prejudica a avaliação do pedido de decretação de medida provisória, o qual, em tais casos, deve ser, sem mais, liminarmente rejeitado.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento, e negar a concessão de medida provisória.

Registe, notifique e publique.

Praia, 11 de outubro de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Smedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 11 de outubro de 2023.

O Secretário,

João Borges